



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº Nº 7652/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**LOCAL: PORTAL DE LICITAÇÕES COMPRAS BR, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:
[HTTPS://COMPRASBR.COM.BR](https://comprasbr.com.br)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 26.136,00 (VINTE E SEIS MIL, CENTO E TRINTA E SEIS REAIS)

DATA DA SESSÃO: 19/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 8h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por Global

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

SIM, SENDO:

Exclusivo para ME/EPP/EQUIPARADAS

[Itens] / [Lote] com participação exclusiva

Obs: Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 012/2026

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediada na Rua General Bocaiuva, nº 636, Centro, Itaguaí – RJ CEP: 23815-310, realizará **Dispensa Eletrônica nº 012/2026**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 4.780/2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 19/06/2026

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00hs Link: www.comprasbr.com.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA às especificações do objeto.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus anexos.

LOCAÇÃO DE COMPUTADORES						
CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA		QTDE Computadores	QTD E Dias	UND	VALOR TOTAL	
Item	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS				VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Locação de Computadores desktop em perfeito estado de funcionamento	30	12	DIAS	R\$ 2.178,00	R\$ 26.136,00

Obs: descrição completa dos serviços no Termo de Referência;

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA às especificações do objeto.

1.3. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS, OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1. As informações relativas a dotação orçamentária, obrigações da contratante, obrigações da contratada, prazos e local da prestação dos serviços estão elencadas no TERMO DE REFERÊNCIA **Anexo I** deste aviso.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras br, no endereço eletrônico (www.comprasbr.com.br).



3.1.1. O procedimento será divulgado no endereço eletrônico da PMI – www.itaguai.rj.gov.br, no [compras br \(www.comprasbr.com.br\)](http://www.comprasbr.com.br) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](#).

3.1.2. O Compras.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo](#) www.comprasbr.com.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.4. Pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional: licitacao.smlc@itaguai.rj.gov.br.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. Empresas que não se enquadrem como ME/EPP.

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei 14.133, de 2021;

3.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4.2. A proposta de preços (**Anexo VI**) deverá ser formulada de forma detalhada, **item a item de acordo com os anexos XIV e XV**.

4.4.2.1. Se for adotado o Critério de Julgamento **Menor Preço por Lote ou global**, a proposta deverá ser formulada contendo todos os itens e o desconto precisará ser aplicado de forma linear aos itens que o compõe.

4.4.2.2. No caso de **obras e serviços de engenharia**, a proposta de preços deverá vir **acompanhada da Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma Físico- Financeiro e BDI**.

4.4.2.3. Em se tratando de **serviços** é necessário que a proposta venha acompanhada da **planilha de custos e formação de preços**.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Contratação Direta, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la .

4.7. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente



Da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus anexos;

4.7.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.7.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA;

4.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

10.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data de horário fixado neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, por um **período de 06 (seis) horas**, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGE/ME nº 67, de 8 de junho de 2021, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema,



sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.7.4. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, **QUE TERÁ O PRAZO DE ATÉ 60 MINUTOS PARA ENVIO**, conforme abaixo:

(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1) Pessoa física: cédula de identidade (RG) e (CPF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (art.68, I, Lei Federal nº 14.133/2021);

(A.2) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.3) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3.1) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

(A.4.) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.4.1) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.5) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.7) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) HABILITAÇÃO FISCAL

(B.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas – **CPF**. (art. 68, I , Lei Federal nº 14.133/2021).

(B.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

(B.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos: (art. 68, III, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

(B.3.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede do fornecedor;

(B.3.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do fornecedor será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa;

(B.3.3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do fornecedor será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa;

(B.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS. (art.68, IV, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

(C) HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(C.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pelo fornecedor, na forma do **Anexo VII**, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

(C.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo. (art. 68, V, Lei Federal nº 14.133/2021).

(D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação da qualificação técnica indispensável, a empresa participante deverá apresentar:

(D.1) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou de forma satisfatória atividades de locação de equipamentos de informática e logística de distribuição de hardware compatíveis em características e prazos com o objeto da presente contratação, atestando o cumprimento regular dos prazos de entrega e a qualidade operacional dos materiais disponibilizados.

7.1.1. Apresentação das declarações constantes no item 11.13, firmadas pelo fornecedor.

7.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente da Contratação, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 64, I da Lei nº 14.133/21.

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual



descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Fornecedores do Município de Itaguai;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por atos de Improbidade Administrativa, mapelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União (caso disponibilizado).

7.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

7.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Serão aceitos registros de CNPJ do fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será

suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

7.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11. Será verificado se o fornecedor apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

7.12. O pregoeiro verificará a autenticidade e regularidade de todos os documentos apresentados via internet.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a solicitação de fornecimento e Nota de Empenho, e caso necessário o contrato será emitido.

8.2. No caso de elaboração de Contrato, O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato e/ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato e/ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.4. Os materiais deverão ser entregues no endereço descrito no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus anexos;

8.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta



corrente indicados pelo contratado.

a) A nota fiscal correspondente aos serviços de locação deverá ser emitida indicando obrigatoriamente o seguinte fundo setorial requisitante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ: 14.912.573/0001-04, Endereço: Rua General Bocaiúva, nº 880, 3º Andar, Centro, Itaguaí/RJ – CEP: 23815-310.

9.4. A Contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à Contratada ou glosas por dias em que equipamentos tenham ficado inoperantes sem substituição de backup.

9.5. Considera-se adimplemento o cumprimento integral da disponibilização física do lote de computadores dentro do período planejado para o evento, devidamente atestado pelos agentes públicos competentes.

9.5.1. Quando do pagamento, será efetuada a devida retenção tributária prevista na legislação aplicável à locação de bens móveis e prestação de serviços logísticos associados.

9.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo contratado nas medições mensais, após serem aprovadas e atestadas por servidores designados para fiscalização do contrato.

9.7. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e outro servido da mesma secretaria, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itaguaí, situado na Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal.

9.8. A contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

9.9. Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

9.10. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos acima mencionados ao Protocolo Geral Municipal.

9.11. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

9.12. A nota fiscal isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato designado pelo ordenador de despesas, da Secretaria de Transporte e outro servidor da mesma pasta.

9.13. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município,

abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

9.14. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

9.15. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pró rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

9.16. Considera-se adimplemento da prestação a execução dos serviços, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente(s).

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela



conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160](#))



10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2. As providências dos subitens 11.1.1 e 11.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.12. O Foro da Comarca de Itaguaí é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Dispensa, Adjudicação, Contratação e execução dela decorrentes.

11.13. Integram este AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de proposta

ANEXO III - Declaração de não utilização de mão-de-obra infantil

ANEXO IV - Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação

ANEXO V - Declaração de não cadastramento de inexistência de débitos junto à Fazenda Pública do Município de Itaguaí

ANEXO VI - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social

ANEXO VII - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos

ANEXO VIII - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte

ANEXO IX - Minuta de Contrato

Itaguaí, 15 de junho de 2026.

Bruno Barbosa de Souza

Secretário Municipal de Licitações e Contratos (interino)

Matr. 51.569



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Ofício 146/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026**, mediante contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÃO	QTD COMPUTADORES	QTD DIAS	VALOR UN. (DIA)	VALOR TOTAL
LOCAÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO , revisados, higienizados e compatíveis com as especificações técnicas mínimas; Processador Intel Core i5 ou equivalente AMD Ryzen 5; Memória RAM mínima de 8GB DDR4; Armazenamento SSD mínimo de 480GB; Monitor mínimo de 24 polegadas; Teclado padrão ABNT2 e mouse USB; Sistema operacional Windows 11 Professional OEM; Conectividade HDMI e/ou DisplayPort; Equipamentos compatíveis com a infraestrutura tecnológica do Município; Atendimento técnico no prazo máximo de 48 horas úteis; Equipamentos com baixo consumo energético e conformidade com normas ambientais e certificações aplicáveis.	30	12	R\$ 2.178,00	R\$ 26.136,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste Termo de Referência, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os valores unitários e totais foram desenvolvidos, analisados e apresentados com base em pesquisa mercadológica e mapa comparativo de preços elaborado pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.780, de 31 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, compreendendo entrega, instalação, testes operacionais, utilização durante o evento e posterior retirada dos equipamentos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de estruturação tecnológica e operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social para atendimento das demandas extraordinárias relacionadas à realização da Expo 2026, evento institucional promovido pelo Município de Itaguaí, previsto para ocorrer entre os dias 02 de julho de 2026 e 05 de julho de 2026.

2.2. A locação dos equipamentos de informática visa proporcionar suporte adequado às atividades administrativas, operacionais, cadastrais e de atendimento ao público durante o evento, garantindo eficiência, continuidade dos serviços públicos, agilidade operacional, segurança das informações e adequado processamento dos dados institucionais.

2.3. Destaca-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social atuará de forma integrada com os órgãos da rede de proteção social e do sistema de garantia de direitos, especialmente em ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, atendimento social, fiscalização, identificação de situações de vulnerabilidade e adoção de medidas preventivas durante a realização da Expo 2026.

2.4. Nesse contexto, os equipamentos serão fundamentais para assegurar o correto cadastramento, identificação, acompanhamento e registro das ocorrências relacionadas ao público infante-juvenil, permitindo maior controle, rastreabilidade das informações e atuação célere dos órgãos competentes, inclusive do Conselho Tutelar e demais entidades fiscalizadoras, contribuindo diretamente para a proteção dos direitos da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

2.5. Atualmente, o parque computacional disponível mostra-se insuficiente para absorver simultaneamente as demandas ordinárias da Secretaria e as atividades extraordinárias decorrentes da Expo 2026, sendo necessária a locação de novos equipamentos com desempenho compatível com os sistemas utilizados pela Administração Pública Municipal.

2.6. Os computadores serão utilizados em atividades de credenciamento, atendimento social, cadastro de usuários, apoio administrativo, suporte operacional, emissão de documentos, acesso a sistemas institucionais, controle logístico e operacional do evento, além do registro e acompanhamento das ações de fiscalização e proteção social executadas durante a realização da Expo.

2.7. A contratação busca assegurar infraestrutura tecnológica adequada, confiabilidade operacional, segurança no tratamento das informações, padronização dos equipamentos e melhoria da eficiência administrativa, possibilitando que a Administração Pública execute suas atribuições institucionais de forma eficiente, organizada e segura, contribuindo para que a Expo 2026 ocorra de maneira estruturada, responsável e em conformidade com o interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TRATO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na locação de 30 (trinta) computadores desktop completos, incluindo monitor, teclado e mouse, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de



Assistência Social durante a realização da Expo 2026.

3.2. A contratada deverá garantir suporte técnico integral e substituição imediata dos equipamentos defeituosos durante todo o período do evento.

3.3. Os equipamentos deverão permanecer em perfeito estado de funcionamento durante toda a vigência contratual, abrangendo instalação, configuração, suporte técnico, manutenção corretiva e retirada ao final da utilização.

3.4. A solução contempla ainda a disponibilização de equipamentos reserva, suporte técnico presencial e remoto, garantia de compatibilidade com os sistemas utilizados pela Administração Pública Municipal e observância às normas de sustentabilidade e eficiência energética.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA ENTREGA

4.1. A futura contratação deverá observar rigidamente os requisitos mínimos descritos no item 1.1 deste termo.

4.2. O prazo máximo para entrega dos equipamentos será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela Administração.

4.3. Considerando a realização da Expo 2026 entre os dias 02 de julho de 2026 e 05 de julho de 2026, a contratada deverá efetuar a entrega dos equipamentos, no máximo, até o dia 26 de junho de 2026 (6 dias antes do início do evento), a fim de possibilitar a realização de testes, validações técnicas e preparação operacional.

4.4. A retirada de todos os equipamentos de propriedade da contratada deverá ocorrer impreterivelmente até o dia 07 de julho de 2026, correspondente a até 2 (dois) dias após o encerramento oficial do evento.

4.5. A contratada deverá disponibilizar, no local do evento, no mínimo 10% (dez por cento) de equipamentos reserva (backup) prontos para substituição imediata em caso de pane ou falha técnica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E RETIRADA DO OBJETO:

5.1.1. A entrega e a instalação física dos equipamentos deverão ser realizadas no prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

5.1.1.1. Considerando a realização da Expo 2026 entre os dias 02 e 05 de julho de 2026, os computadores deverão estar totalmente entregues, instalados e testados, no máximo, até o dia 26 de junho de 2026, a fim de garantir a perfeita validação técnica e preparação operacional.

5.1.2. A entrega será realizada de Segunda à Sexta-feira, das 9:00h às 16:00h no endereço abaixo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SETOR DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades da Secretaria requisitante, na Rua General Bocaiuva, nº 880, Centro, Itaguaí/RJ – CEP: 23815-310. Ponto De Referência: Rua da Prefeitura, em frente ao restaurante Gusto – Prédio, 1º andar.

5.1.3. A Contratada deverá entregar e disponibilizar durante todo o período da Expo 2026, uma margem mínima de 10% (dez por cento) de equipamentos reserva (backup) prontos para substituição imediata em caso de pane ou falha técnica.

5.1.4. A desmobilização e a retirada final de todos os equipamentos de propriedade da Contratada deverão ocorrer impreterivelmente até o dia 07 de julho de 2026 (em até 2 dias após o encerramento do evento), que estarão no endereço de entrega.

5.1.5. A Contratante NÃO colocará à disposição servidores públicos, colaboradores ou maquinários para a execução de qualquer atividade logística, transporte ou carregamento associada a entrega ou retirada deste objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. FORMA

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para cumprimento dos prazos logísticos, do método de aferição da integridade física dos bens e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, que será designado para tal fim.



6.1.7. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos na Resolução Administrativa nº 07/2023, bem como no disposto neste termo de referência.

6.1.8. O fiscal do contrato anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos na entrega ou retirada, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou substituição de equipamentos defeituosos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.1.9. O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização e devolução dos bens, nos termos da Resolução Administrativa nº 07/2023.

6.2. FISCALIZAÇÃO

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2.2. O fiscal do contrato acompanhará os atos de entrega e conferência física dos computadores, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.3. O fiscal do contrato anotarás no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos verificados nos equipamentos entregues (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.2.4. Identificada qualquer inexecução, avaria física ou incompatibilidade técnica com o ETP, o fiscal do contrato emitirá notificações para a imediata substituição dos lotes de computadores avariados, determinando prazo restrito para a correção, sob pena de inviabilizar o cronograma do evento.

6.2.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.6. No caso de atrasos na entrega que possam inviabilizar a montagem tecnológica interna por parte da municipalidade para as datas aprazadas da Expo 2026, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.2.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações de fornecimento emergencial de peças/máquinas reserva ou atraso na retirada na data programada, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.



6.3. GESTOR DO CONTRATO

6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações contratuais e das atas de entrega/devolução, elaborando relatório com vistas à verificação do atendimento da finalidade da administração.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação no relatório de riscos eventuais.

6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho logístico e integridade dos bens postos à disposição, baseado nos indicadores objetivamente definidos, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente competente.

6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a locação (suporte tecnológico à Assistência Social na Expo 2026) e certificar que todos os bens foram integralmente restituídos à Contratada após o encerramento do feito.

6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO

7.1.1. O objeto do contrato será recebido em consonância com o art. 140, inciso II da Lei nº 14.133/2021, limitando-se o encargo da Contratada à entrega física dos bens e sua respectiva conferência visual pela Administração.

7.1.2. Os computadores serão recebidos provisoriamente no ato de sua entrega na sede da SMAS, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade quantitativa e especificações de hardware descritas na proposta.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando apresentarem avarias físicas visíveis, mau estado de conservação ou configurações divergentes das exigidas, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 2 (dois) dias, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades e glosas sobre o período afetado.



7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da devolução integral e vistoria final dos equipamentos pela Administração após o término da Expo 2026, mediante termo detalhado de aceitação que certifique a regularidade da prestação do serviço de locação por diárias.

7.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto (avarias em equipamentos ocorridas por culpa de terceiros, divergências na contagem de diárias ou perdas), deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, liberando-se a Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada por vícios ocultos preexistentes nas máquinas nem a responsabilidade do Município pela guarda zelosa dos equipamentos enquanto estiverem sob sua posse direta.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente após a devolução das máquinas, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como: o prazo de validade; a data de emissão; os dados do contrato; o período exato correspondente aos dias de locação efetiva; o valor a pagar; e eventuais retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou pendência técnica não saneada sobre os bens devolvidos, a liquidação ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas regularizadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação, sem ônus ao contratante.

7.2.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, mediante processo de pagamento iniciado pela Contratada junto ao Protocolo Geral Municipal.

7.3.2. No caso de atraso injustificado pelo Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itaguaí, situado na Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguaí, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista e demais exigências do Controle Municipal, devidamente atestada pelos fiscais designados.

7.4.3. A nota fiscal correspondente aos serviços de locação deverá ser emitida indicando obrigatoriamente o seguinte fundo setorial requisitante:

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- CNPJ: 14.912.573/0001-04
- Endereço: Rua General Bocaiúva, nº 880, 3º Andar, Centro, Itaguaí/RJ – CEP: 23815-310.

7.4.4. A Contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à Contratada ou glosas por dias em que equipamentos tenham ficado inoperantes sem substituição de backup.

7.4.5. Considera-se adimplemento o cumprimento integral da disponibilização física do lote de computadores dentro do período planejado para o evento, devidamente atestado pelos agentes públicos competentes.

7.4.6. Quando do pagamento, será efetuada a devida retenção tributária prevista na legislação aplicável à locação de bens móveis e prestação de serviços logísticos associados.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. FORMA DE SELEÇÃO

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de contratação direta, na modalidade Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço global para a totalidade do lote único de locação.

8.2. FORMA DE FORNECIMENTO

8.2.1. O fornecimento do objeto (disponibilização temporária dos equipamentos) será integral e unificado, devendo a totalidade das 30 (trinta) unidades ser entregue em ato único na data estabelecida no cronograma logístico da SMAS, não sendo aceito fornecimento parcial fracionado ao longo do evento.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica indispensável, a empresa participante deverá apresentar:

8.3.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou de forma satisfatória atividades de locação de equipamentos de informática e logística de distribuição de hardware compatíveis em características e prazos com o objeto da presente contratação, atestando o cumprimento regular dos prazos de entrega e a qualidade operacional dos materiais disponibilizados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprimento Integral e Conformidade

9.1.1. O contratado deverá disponibilizar para locação, de acordo com a proposta homologada, as normas legais, o ato convocatório e as cláusulas presentes no Contrato/Nota de Empenho, respondendo por eventual inexecução total ou parcial do cronograma logístico acordado.

9.2. Responsabilidade por Danos e Prejuízos

9.2.1. O contratado responsabilizar-se-á, nas esferas civil, administrativa e penal, por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados ou decorrentes de atos, omissões ou condutas de seus empregados, prepostos ou representantes, ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante os procedimentos de descarregamento na entrega e de carregamento na retirada dos bens.

9.3. Garantia, Qualidade e Substituições

9.3.1. O contratado deverá garantir a procedência, o perfeito estado de conservação, a higienização e a estrita conformidade do hardware dos computadores locados, observando rigorosamente as especificações técnicas mínimas contidas neste Termo de Referência.

9.3.2. Em caso de entrega de equipamentos que apresentem mau funcionamento, avarias físicas, defeitos ou configurações divergentes do solicitado, o contratado compromete-se, às suas expensas, a substituir os itens defeituosos na sede da SMAS no prazo máximo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação, de modo a não inviabilizar os testes e o cronograma da Expo 2026.

9.3.3. Durante o período do evento, caso qualquer máquina apresente vício oculto ou pane de hardware, a contratada deverá providenciar a troca por um equipamento equivalente do lote reserva (backup) entregue, no prazo máximo estipulado pela fiscalização.

9.4. Custos e Despesas

9.4.1. O contratado arcará com todas as despesas diretas e indiretas relativas ao cumprimento das obrigações da locação, incluindo impostos, taxas, frete de ida, frete de retorno, seguro dos equipamentos durante o transporte, descarregamento na entrega e carregamento na retirada final, não repassando qualquer ônus financeiro adicional ao CONTRATANTE.

9.5. Manutenção da Habilitação e Qualificação

9.5.1. Durante toda a vigência da relação contratual, o contratado deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de rescisão e aplicação das sanções pertinentes.

9.6. Procedimentos de Comunicação e Transparência

9.6.1. O contratado deverá comunicar, por escrito e de forma imediata, qualquer problema, atraso logístico ou impossibilidade de cumprimento das datas de entrega e retirada ao fiscal do contrato, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

9.6.2. Deverá prestar todos os esclarecimentos e fornecer a documentação necessária à verificação da regularidade da prestação dos serviços de locação, colaborando ativamente com o CONTRATANTE.

9.7. Condições de Entrega e Retirada dos Equipamentos na Sede

9.7.1. Os computadores deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em perfeitas condições de uso, limpos, revisados, com as mídias/cabos necessários e organizados, dentro do prazo máximo estipulado no Modelo de Execução.

9.7.2. A responsabilidade da Contratada limita-se estritamente à entrega física (descarregamento) e à posterior retirada (carregamento) dos bens na sede da SMAS nos prazos solicitados. Toda a etapa de transporte interno para o evento, montagem física nas bancadas, instalação de sistemas e redes, bem como a configuração lógica das máquinas, será executada exclusivamente pela equipe técnica da Contratante.

9.7.3. Ao término do período de locação e no prazo fixado, a Contratada deverá comparecer à sede da SMAS para fazer a conferência quantitativa, conferência de integridade física e o recolhimento/retirada de todo o seu patrimônio móvel, sem qualquer ônus para a municipalidade.

9.8. Assunção dos Riscos e Responsabilidade Operacional

9.8.1. O contratado assume, exclusivamente, todos os riscos e despesas decorrentes da logística de transporte, coleta e movimentação pesada do objeto até o ponto de entrega e retirada na SMAS.

9.8.2. A idoneidade, qualificação e comportamento de seus motoristas, prepostos e carregadores serão de inteira responsabilidade do contratado, que responderá por quaisquer condutas inadequadas ou prejuízos causados ao patrimônio público.

9.9. Faturamento dos Serviços de Locação

9.9.1. O contratado deverá emitir a respectiva Nota Fiscal de locação de bens móveis com base no valor global pactuado pelas diárias do lote, apresentando-a ao Setor de Protocolo após a devida conferência e recebimento definitivo do objeto pela fiscalização da SMAS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Acompanhamento e Atesto: A Administração acompanhará e fiscalizará a execução do contrato de locação, atestando na Nota Fiscal a efetiva prestação do serviço com base nas diárias utilizadas e nos critérios quantitativos e qualitativos definidos neste Termo de Referência.

10.2. Controle de Qualidade e Conformidade: A Administração rejeitará o recebimento de quaisquer computadores desktop, monitores ou periféricos que se revelem incompatíveis com as especificações

técnicas mínimas aprovadas (processador, memória, armazenamento e sistema operacional), garantindo o atendimento aos padrões exigidos para o evento.

10.3. Recebimento e Verificação por Servidor Designado: Será designado, por meio de portaria municipal, o servidor ou comissão responsável pelos recebimentos provisórios e definitivos dos lotes de computadores na sede da SMAS. Estes responsáveis terão plena autoridade para rejeitar máquinas avariadas, obsoletas ou que apresentem divergências com a proposta homologada.

10.4. Pagamentos e Condições: Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados pela Administração nas condições estritas deste Termo de Referência, condicionados ao recolhimento integral e regular dos equipamentos após o evento e ao ateste do cumprimento dos prazos logísticos de entrega e retirada.

10.5. Prazo e Condições de Recebimento: O lote de 30 computadores e a margem de contingência (backup) deverão ser conferidos fisicamente dentro dos prazos regulamentares na sede da SMAS, observando-se a integridade física e o perfeito estado de conservação dos bens móveis entregues.

10.6. Transparência e Fornecimento de Informações: A Administração fornecerá à Contratada, de forma tempestiva, as orientações de agendamento para a entrega e a retirada das máquinas na sede da SMAS, assegurando a transparência e a fluidez do cronograma logístico pré e pós-evento.

10.7. Aplicação de Sanções: Em caso de descumprimento contratual — tais como atraso na entrega das máquinas na sede (o que inviabilizaria a instalação interna pela prefeitura), recusa na substituição de equipamentos com defeito ou atraso no recolhimento dos bens —, a Administração aplicará as sanções administrativas e contratuais cabíveis, fundamentadas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. Substituição e Correções sem Ônus: Se os computadores entregues na sede da SMAS apresentarem defeitos de hardware ou divergências técnicas antes do evento, a Administração notificará a Contratada para que realize a imediata substituição em até **2 (dois) dias**, sem que isso gere qualquer custo ou direito a acréscimo no valor das diárias de locação.

10.9. Notificações por Escrito: A Administração notificará, por escrito ou por meio eletrônico oficial, a Contratada sobre eventuais falhas logísticas ou inconformidades patrimoniais verificadas nos bens locados, fixando prazo estrito para a correção e acompanhando as providências de regularização.

10.10. Limitação de Responsabilidade: A Administração não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros (incluindo fornecedores de hardware e transportadoras terceirizadas), nem por danos a terceiros decorrentes de atos, omissões ou condutas dos empregados e prepostos da Contratada durante os atos de descarregamento ou retirada na sede da SMAS.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



FMAS		
FONTE:	NATUREZA:	PROGRAMA DE TRABALHO:
1.500 1.704 1.705 1.708	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.300 - Manutenção das Atividades da SMAS

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Antes de apresentar a sua proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais e analisar minuciosamente as condições logísticas do Município, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração das datas de entrega e retirada ou modificação das especificações técnicas dos computadores. Inclusive, deverá consultar com antecedência a disponibilidade de seu estoque e cronograma de transportes, não cabendo qualquer justificativa de atraso na entrega sob a alegação de descumprimento por parte de fornecedores ou transportadoras terceirizadas, tendo em vista a impreteribilidade das datas da Expo 2026.

12.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução integral do objeto em regime de locação por diárias, englobando absolutamente todos os custos diretos e indiretos incidentes para a perfeita execução dos serviços, incluindo impostos, taxas, seguros, frete de ida, frete de retorno, bem como toda a mão de obra necessária para o descarregamento das máquinas na entrega e o carregamento no ato da retirada, não restando qualquer ônus adicional à Contratante.

12.3. Para a aplicação de eventuais sanções administrativas decorrentes de atrasos na disponibilização das máquinas ou na desmobilização do lote, serão levadas em conta as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como as demais normativas municipais que regem a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

Itaguai, 22 de maio de 2026

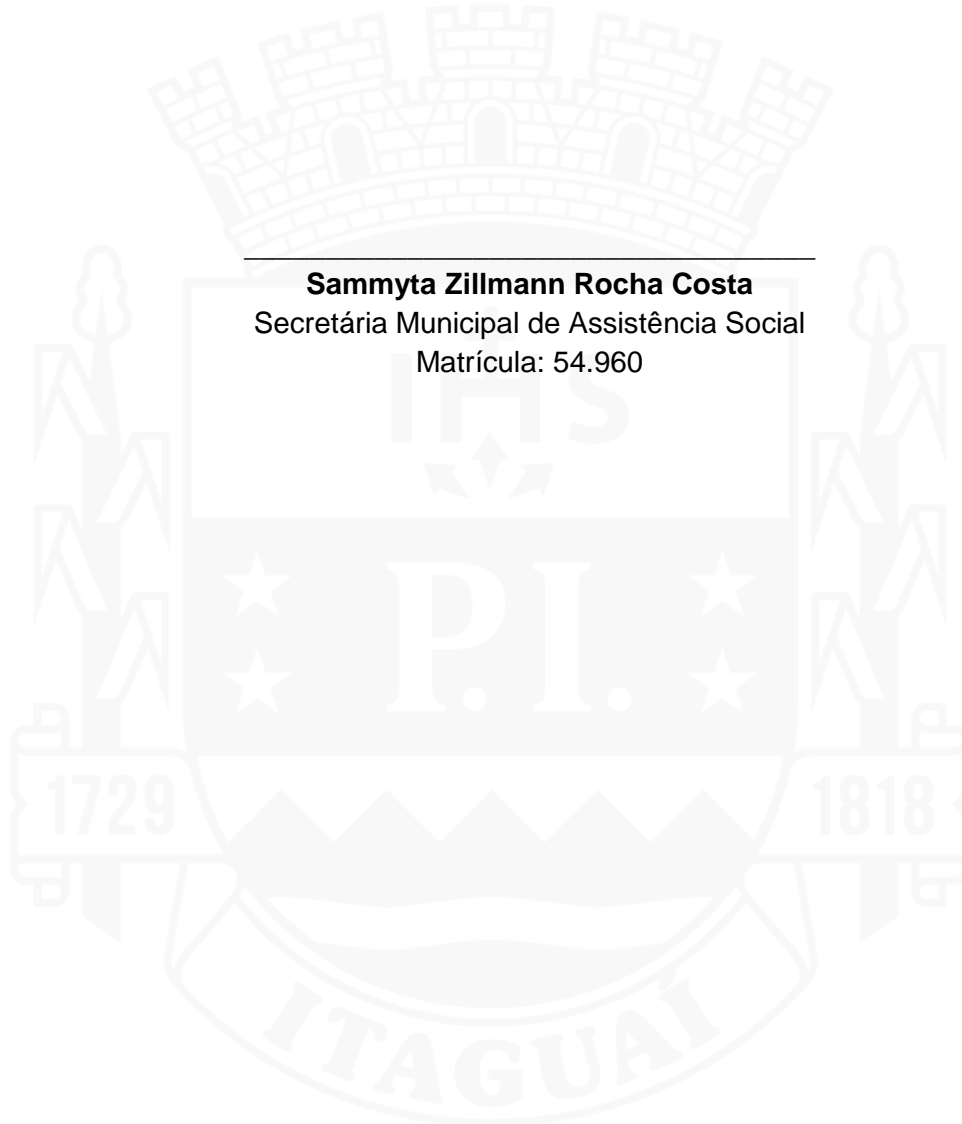
Carlos Lucio de Sousa Junior
Coordenador de Infraestrutura de TI
Matrícula: 38.945

13.PARECER FINAL

Diante das informações técnicas e administrativas apontadas neste instrumento, apresenta-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento do feito, considerando que o Termo de Referência reflete com fidedignidade as necessidades operacionais e diretrizes delineadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP)

para a realização da Expo 2026, estando em estrita conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e do padrão administrativo desta Secretaria Municipal de Assistência Social.

Sammyta Zillmann Rocha Costa
Secretária Municipal de Assistência Social
Matrícula: 54.960





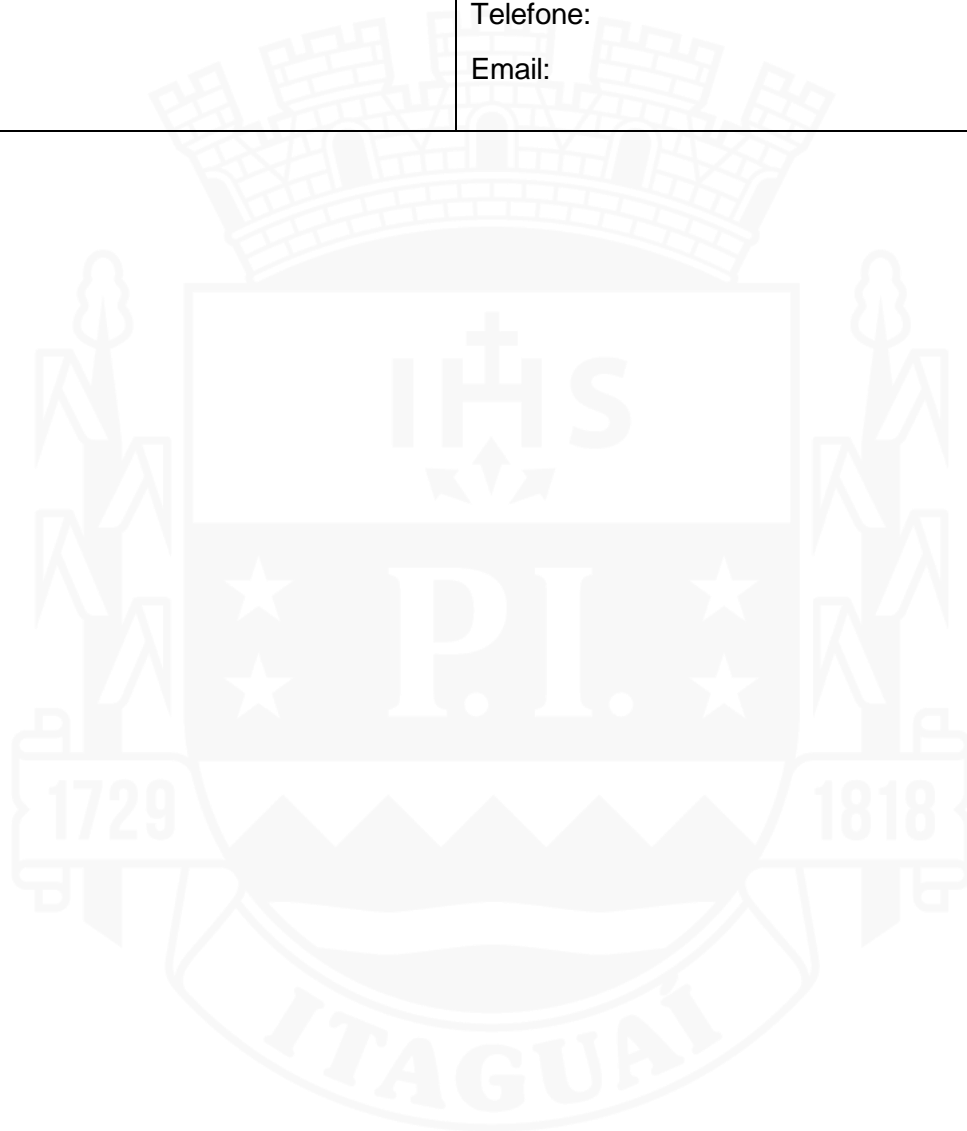
ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ		Proposta de Preços - Padronizada Processo nº: 7652/2026 DISPENSA Nº 012/2026 A realizar-se em: 19/06/2026
<p>A proponente compromete-se a executar os serviços no Município de Itaguaí, pelos preços abaixo discriminados, obedecendo, rigorosamente, as condições constantes no Edital de Dispensa nº 012/2026.</p>		CARIMBO DA EMPRESA
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO GLOBAL
01	LOCAÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO , revisados, higienizados e compatíveis com as especificações técnicas mínimas; Processador Intel Core i5 ou equivalente AMD Ryzen 5; Memória RAM mínima de 8GB DDR4; Armazenamento SSD mínimo de 480GB; Monitor mínimo de 24 polegadas; Teclado padrão ABNT2 e mouse USB; Sistema operacional Windows 11 Professional OEM; Conectividade HDMI e/ou DisplayPort; Equipamentos compatíveis com a infraestrutura tecnológica do Município; Atendimento técnico no prazo máximo de 48 horas úteis; Equipamentos com baixo consumo energético e conformidade com normas ambientais e certificações aplicáveis.	
OBSERVAÇÕES 1. O proponente deverá preencher os campos do preço (com algarismos e por extenso), não se admitirão emendas e/ou rasuras no documento; 2. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas para a perfeita execução do objeto; 3. O licitante deverá informar o seu domicílio bancário; 4. A proposta padrão deverá ser identificada pelo carimbo da empresa, datada e assinada por seu representante.		Validade da proposta: 60 (sessenta) dias Declaramos inteira submissão ao edital e à legislação vigente. Em ___/___/____ <div style="text-align: right;"> _____ Proponente (Carimbo da Empresa) </div>

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:	
DADOS BANCÁRIOS: Banco: Agência nº: C/C nº:	Nome Completo:
	Nacionalidade: Estado civil: Profissão:
	Data de Nascimento:
	Número de cédula de identidade: Expedição:
	CPF:
	Telefone:
	Email:





ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL (MODELO)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAI**

Sr. Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao art. 68 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, Processo Administrativo de nº 7652/2026.

Itaguai, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO -ARTIGO 63,
inciso I e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 (MODELO)**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA)
COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER
AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026**

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, de inexistência de penalidade e que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados deste pregão eletrônico.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, Processo Administrativo de nº 7652/2026.

Itaguai, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (MODELO)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, Processo Administrativo de nº 7652/2026.

Itaguaí, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MODELO)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Pregoeiro/Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, em atendimento ao item 4.6.4 do Edital e para todos os fins legais, e em especial em atendimento ao art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, Processo Administrativo de nº 7652/2026

Itaguai, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (MODELO)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAI**

Sr. Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, Processo Administrativo de nº 7652/2026

Itaguai, xxx de xxxx de 2026

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026

**AO
MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**

Sr. Agente de Contratação

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto, parágrafo segundo da Lei 14133/2021.

Esta DECLARAÇÃO é parte integrante na fase HABILITAÇÃO, conforme exigência do Aviso de Contratação Direta, **Processo Administrativo de nº 7652/2026**

Itaguai, xxx de xxxx de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Observação: Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, ou devidamente identificada com o carimbo do CNPJ da mesma.



ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026, _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAGUAI, E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE ITAGUAI**, inscrito no **CNPJ** sob o nº **29.138.302/0001-02**, com sede na Rua General Bocaiúva, 636, Centro – Itaguai – RJ CEP: 23815-310, pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**, **cnpj: 14.912.573/0001-04**, **Endereço: Rua General Bocaiúva, nº 880, 3º Andar, Centro, Itaguai/RJ – CEP: 23815-310**, e por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo(a) **Secretário (a) Municipal de Assistência Social Sr.(a) _____**, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, e a **EMPRESA _____**, situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, decorrente da **Dispensa Eletrônica nº 01 2/2026**, com fundamento no **processo administrativo nº 7652/2026**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/21, pelo Decreto Municipal nº 4.780/23 e pela Lei municipal nº 3.364/15, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE 30 (TRINTA) COMPUTADORES DESKTOP COMPLETOS, COM MONITOR, TECLADO E MOUSE, PARA ATENDER AS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPO 2026**, na forma do Termo de Referência e do Aviso de Contratação Direta.

ITEM	UN D.	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					

Parágrafo único: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência é de _____ (____) _____, contados a partir da emissão da Ordem de Início expedida pelo _____ da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no item das condições de pagamento do Termo de Referência.
- b) Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir e que sejam pertinentes à execução do objeto.
- c) Exercer a fiscalização do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto.
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Aviso de Contratação Direta e no contrato.
- e) Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores
- f) Designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo.
- g) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- h) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas e contratuais cabíveis.
- i) Solicitar a substituição dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado.
- j) Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência e eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- k) Acompanhamento e Atesto:** A Administração acompanhará e fiscalizará a execução do contrato de locação, atestando na Nota Fiscal a efetiva prestação do serviço com base nas diárias utilizadas e nos critérios quantitativos e qualitativos definidos neste Termo de Referência.
- l) Controle de Qualidade e Conformidade:** A Administração rejeitará o recebimento de quaisquer computadores desktop, monitores ou periféricos que se revelem incompatíveis com as especificações técnicas mínimas aprovadas (processador, memória, armazenamento e sistema operacional), garantindo o atendimento aos padrões exigidos para o evento.
- m) Recebimento e Verificação por Servidor Designado:** Será designado, por meio de portaria municipal, o servidor ou comissão responsável pelos recebimentos provisórios e definitivos dos lotes de computadores na sede da SMAS. Estes responsáveis terão plena autoridade para rejeitar máquinas avariadas, obsoletas ou que apresentem divergências com a proposta homologada.
- N) Pagamentos e Condições:** Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados pela Administração nas condições estritas deste Termo de Referência, condicionados ao recolhimento integral e regular dos equipamentos após o evento e ao ateste do cumprimento dos prazos logísticos de entrega e retirada.
- o) Prazo e Condições de Recebimento:** O lote de 30 computadores e a margem de contingência

(backup) deverão ser conferidos fisicamente dentro dos prazos regulamentares na sede da SMAS, observando-se a integridade física e o perfeito estado de conservação dos bens móveis entregues.

p) Transparência e Fornecimento de Informações: A Administração fornecerá à Contratada, de forma tempestiva, as orientações de agendamento para a entrega e a retirada das máquinas na sede da SMAS, assegurando a transparência e a fluidez do cronograma logístico pré e pós-evento.

q) Aplicação de Sanções: Em caso de descumprimento contratual — tais como atraso na entrega das máquinas na sede (o que inviabilizaria a instalação interna pela prefeitura), recusa na substituição de equipamentos com defeito ou atraso no recolhimento dos bens —, a Administração aplicará as sanções administrativas e contratuais cabíveis, fundamentadas na Lei Federal nº 14.133/2021.

r) Substituição e Correções sem Ônus: Se os computadores entregues na sede da SMAS apresentarem defeitos de hardware ou divergências técnicas antes do evento, a Administração notificará a Contratada para que realize a imediata substituição em até **2 (dois) dias**, sem que isso gere qualquer custo ou direito a acréscimo no valor das diárias de locação.

s) Notificações por Escrito: A Administração notificará, por escrito ou por meio eletrônico oficial, a Contratada sobre eventuais falhas logísticas ou inconformidades patrimoniais verificadas nos bens locados, fixando prazo estrito para a correção e acompanhando as providências de regularização.

t) Limitação de Responsabilidade: A Administração não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros (incluindo fornecedores de hardware e transportadoras terceirizadas), nem por danos a terceiros decorrentes de atos, omissões ou condutas dos empregados e prepostos da Contratada durante os atos de descarregamento ou retirada na sede da SMAS.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Entregar os bens na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência.

b) Entregar o material dentro das especificações estabelecidas, novo, sem uso, em embalagens originais e invioláveis, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou do prazo de validade, ou com embalagem danificada, independentemente do motivo alegado e às suas expensas.

c) A inobservância ao disposto no subitem b implicará o não pagamento do valor devido à CONTRATADA até que haja a necessária regularização.

d) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

e) Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito, tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

f) Reparar, refazer, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, os bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

g) Indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos ao CONTRATANTE ou a terceiros.

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

i) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e à qualidade do produto, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

j) Emitir fatura no valor pactuado e nas condições estabelecidas no contrato, apresentando-se ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

k) Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

l) Cumprimento Integral e Conformidade: O contratado deverá disponibilizar para locação, de acordo com a proposta homologada, as normas legais, o ato convocatório e as cláusulas presentes no Contrato/Nota de Empenho, respondendo por eventual inexecução total ou parcial do cronograma logístico acordado.

m) Responsabilidade por Danos e Prejuízos: O contratado responsabilizar-se-á, nas esferas civil, administrativa e penal, por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados ou decorrentes de atos, omissões ou condutas de seus empregados, prepostos ou representantes, ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante os procedimentos de descarregamento na entrega e de carregamento na retirada dos bens.

n) Garantia, Qualidade e Substituições: O contratado deverá garantir a procedência, o perfeito estado de conservação, a higienização e a estrita conformidade do hardware dos computadores locados, observando rigorosamente as especificações técnicas mínimas contidas neste Termo de Referência.

n.1)) em caso de entrega de equipamentos que apresentem mau funcionamento, avarias físicas, defeitos ou configurações divergentes do solicitado, o contratado compromete-se, às suas expensas, a substituir os itens defeituosos na sede da SMAS no prazo máximo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação, de modo a não inviabilizar os testes e o cronograma da Expo 2026.

n.1) Durante o período do evento, caso qualquer máquina apresente vício oculto ou pane de hardware, a contratada deverá providenciar a troca por um equipamento equivalente do lote reserva (backup) entregue, no prazo máximo estipulado pela fiscalização.

q) Custos e Despesas: O contratado arcará com todas as despesas diretas e indiretas relativas ao cumprimento das obrigações da locação, incluindo impostos, taxas, frete de ida, frete de retorno, seguro dos equipamentos durante o transporte, descarregamento na entrega e carregamento na retirada final, não repassando qualquer ônus financeiro adicional ao CONTRATANTE.

r) Manutenção da Habilitação e Qualificação: Durante toda a vigência da relação contratual, o contratado deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de rescisão e aplicação das sanções pertinentes.

s) Procedimentos de Comunicação e Transparência: O contratado deverá comunicar, por escrito e de forma imediata, qualquer problema, atraso logístico ou impossibilidade de cumprimento das datas de entrega e retirada ao fiscal do contrato, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

s.1) Deverá prestar todos os esclarecimentos e fornecer a documentação necessária à verificação da regularidade da prestação dos serviços de locação, colaborando ativamente com o CONTRATANTE.

u) Condições de Entrega e Retirada dos Equipamentos na Sede: Os computadores deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em perfeitas condições de uso, limpos, revisados, com as mídias/cabos necessários e organizados, dentro do prazo máximo estipulado no Modelo de Execução.

u.1) A responsabilidade da Contratada limita-se estritamente à entrega física (descarregamento) e à posterior retirada (carregamento) dos bens na sede da SMAS nos prazos solicitados. Toda a etapa de transporte interno para o evento, montagem física nas bancadas, instalação de sistemas e redes, bem como a configuração lógica das máquinas, será executada exclusivamente pela equipe técnica da Contratante.

u.2) Ao término do período de locação e no prazo fixado, a Contratada deverá comparecer à sede da SMAS para fazer a conferência quantitativa, conferência de integridade física e o recolhimento/retirada de todo o seu patrimônio móvel, sem qualquer ônus para a municipalidade.

x) Assunção dos Riscos e Responsabilidade Operacional: O contratado assume, exclusivamente, todos os riscos e despesas decorrentes da logística de transporte, coleta e movimentação pesada do objeto até o ponto de entrega e retirada na SMAS.

x.1) A idoneidade, qualificação e comportamento de seus motoristas, prepostos e carregadores serão de inteira responsabilidade do contratado, que responderá por quaisquer condutas inadequadas ou prejuízos causados ao patrimônio público.

z) Faturamento dos Serviços de Locação: O contratado deverá emitir a respectiva Nota Fiscal de locação de bens móveis com base no valor global pactuado pelas diárias do lote, apresentando-a ao Setor de Protocolo após a devida conferência e recebimento definitivo do objeto pela fiscalização da SMAS.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgã o	Unidad e	Funcional	Projeto Atividad e	Natureza da Despes a	Fontes/Detailhament o

Parágrafo primeiro – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Parágrafo segundo – No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

Parágrafo primeiro – Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Parágrafo segundo – Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo terceiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO.

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Aviso de Contratação Direta, do Projeto Básico e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) por Portaria expedida pelo _____ (Ordenador de Despesa).

Parágrafo segundo – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo terceiro – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei 14.133/21.

Parágrafo quarto – Os atestos referentes à execução do contrato deverão ser realizados pelo fiscal do contrato e por outro servidor da mesma Secretaria, também designado por Portaria do ordenador de despesas.

Parágrafo quinto – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o MUNICÍPIO ou modificação da contratação.

Parágrafo sexto – As decisões que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

Parágrafo sétimo – O objeto do contrato será recebido em consonância com o art. 140, II, “a” e “b” da lei 14.133/21 c/c art. 80, V e VI do Decreto Municipal nº 4.780/23, na seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

parágrafo oitavo – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

parágrafo nono – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

parágrafo décimo – Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

parágrafo décimo primeiro – Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

parágrafo décimo segundo – Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

parágrafo décimo terceiro – É reservado à Contratante o direito de recusar o recebimento do objeto contratado que não atenda às especificações exigidas nas normas aplicáveis, Projeto Básico, Edital e Contrato, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.

parágrafo décimo quarto – Em caso de irregularidade verificada, os serviços deverão ser refeitos, ficando o custo total dos mesmos por conta da empresa contratada, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

parágrafo décimo quinto – O recebimento do objeto contratado não desobriga a CONTRATADA de refazê-los, caso constatado, posteriormente, má qualidade, vício ou defeito, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas na legislação aplicável.

parágrafo décimo sexto – O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

parágrafo décimo sétimo – Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

parágrafo décimo oitavo – Por ocasião da análise do serviço, caso seja detectado que os mesmos não atendam às especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição/refeito do bem não aceito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo primeiro – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**, nos termos do art. 121, § 1º da lei 14.133/21.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo quarto – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo quinto – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de extinção contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Itaguaí, pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo sexto – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**, nos termos do art. 121, § 1º da lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Parágrafo primeiro – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Parágrafo segundo O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

a) A nota fiscal correspondente aos serviços de locação deverá ser emitida indicando obrigatoriamente o seguinte fundo setorial requisitante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ:



14.912.573/0001-04, Endereço: Rua General Bocaiúva, nº 880, 3º Andar, Centro, Itaguai/RJ – CEP: 23815-310.

Parágrafo terceiro – A Contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à Contratada ou glosas por dias em que equipamentos tenham ficado inoperantes sem substituição de backup.

Parágrafo quarto – Considera-se adimplemento o cumprimento integral da disponibilização física do lote de computadores dentro do período planejado para o evento, devidamente atestado pelos agentes públicos competentes.

Parágrafo quinto – Quando do pagamento, será efetuada a devida retenção tributária prevista na legislação aplicável à locação de bens móveis e prestação de serviços logísticos associados.

Parágrafo sexto – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo sétimo – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo oitavo – Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo contratado nas medições mensais, após serem aprovadas e atestadas por servidores designados para fiscalização do contrato.

Parágrafo nono – O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e outro servido da mesma secretaria, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itaguai, situado na Rua General Bocaiúva, 636, Centro, Itaguai acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal.

Parágrafo décimo – A contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

Parágrafo décimo primeiro – Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

Parágrafo décimo segundo - O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos acima mencionados ao Protocolo Geral Municipal.

Parágrafo décimo terceiro - Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

Parágrafo décimo quarto - A nota fiscal isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato designado pelo ordenador de despesas, da Secretaria de Transporte e outro servidor da mesma pasta.

Parágrafo décimo quinto - No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o

pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo sexto - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo décimo sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pró rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo décimo oitavo - Considera-se adimplemento da prestação a execução dos serviços, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 124 e os seguintes da lei 14.133/21, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos arts. 137 a 139 da lei 14.133/21, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo primeiro – Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo – A declaração de extinção deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Jornal Oficial.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de extinção administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá: **a)** reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; **b)** cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executados e; **c)** cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Itaguaí, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Aviso de Contratação Direta, contrato e das demais cominações legais.

As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- I** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- II**– fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- III**– comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do

contrato, tais como fraude ou em desconformidade com a lei.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração, nos termos do art. 156 da lei 14.133/21 c/c art 81 do Decreto Municipal nº 4.780/23:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo segundo – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo terceiro - A imposição das penalidades deve ser aplicada em processo administrativo no qual se assegurem o contraditório e a ampla defesa, aplicadas pelo Secretário Municipal, conforme preconiza o art. 81 do Decreto Municipal nº 4.780/23.

Parágrafo quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

Parágrafo quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, previstos na alínea c, do *caput*:

- a) não poderão ser aplicada em prazo superior a 3 (três) anos, nos termos do art. 156, §4º da lei 14.133/21;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverão ser aplicados quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

Parágrafo sétimo - A reabilitação referida pelo PARÁGRAFO SEXTO será ser requerida nos termos do art. 163 da lei 14.133/21.

Parágrafo oitavo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de extinção unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo nono - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, e no PARÁGRAFO OITAVO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo décimo - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de extinção administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo décimo primeiro - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

Parágrafo décimo segundo - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo décimo terceiro - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

Parágrafo décimo quarto - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos dos arts. 157 e 158 da lei 14.133/21.

Parágrafo décimo quinto - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo décimo sexto - Os contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Itaguaí enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo décimo sétimo - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Município.

Parágrafo décimo oitavo - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Secretaria Municipal de Governo o extrato de publicação no Jornal Oficial do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Itaguaí.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Jornal Oficial do Município.

Parágrafo primeiro – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda

às exigências previstas no Aviso de Contratação Direta, nos seguintes casos:

- I – quando ocorrerem os motivos de extinção contratual previstos no art. 137 da lei 14.133/21.
- II – de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- III – quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

Parágrafo terceiro – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único – É vedada a suspensão do contrato a que o art. 137, §2º, II da lei 14.133/21, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no Jornal Oficial de Itaguaí, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC), conforme os arts. 91 da lei 14.133/21 c/c art. 53, §2º do Decreto Municipal nº 4.780/23 e 94 da lei 14.133/21, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, na forma e no prazo determinado por este.

Parágrafo único – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **4 (quatro) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Itaguaí, _____ de _____ de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX REPRESENTANTE
CPF/MF nº CONTRATANTE

EMPRESA
CNPJ/MF nº REPRESENTANTE
CPF/MF nº
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

